



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 466

São Francisco do Sul, 04 de julho de 2017

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

LEIS

LEI Nº 1.881, DE 23 DE JUNHO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de São Francisco do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a tributos municipais e multas acessórias, bem como as demais obrigações não tributárias de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até o dia 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, podendo ser parcelados em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, com descontos em juros e multa de mora aplicada de acordo com o art. 188 do Código Tributário Municipal, sem atingir a integralidade do tributo.

Art. 2º A adesão ao REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior e nos termos e condições previstos nesta lei.

§1º A adesão ao REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos originais mencionados no art. 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§2º A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte para adesão ao REFIS.

§3º A regularização perante a Fazenda Municipal dar-se-á das seguintes formas:

I - no caso do contribuinte optar pelo pagamento em cota única, a anistia de juros e multa de mora será de 100%;

II - no caso do contribuinte optar pelo pagamento em 03 (três) vezes a anistia será de 80% em juros e multa de mora;

III - no caso do contribuinte optar pelo pagamento em 06 (seis) vezes a anistia será de 70% em juros e multa de mora;

IV - ao optar pelo parcelamento em 09 (nove) vezes a anistia será de 60% em juros e multa de mora;

V - ao optar pelo parcelamento em 12 (doze) vezes a anistia será de 50% em juros e multa de mora;

VI - ao optar pelo parcelamento em 24 (vinte e quatro) vezes a anistia será de 20% em juros e multa de mora.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, em relação a débitos correspondentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS);

§5º O prazo fixado no § 2º, Art. 2º desta Lei, poderá ser prorrogado por igual período, por Decreto do Executivo, justificada a oportunidade e a conveniência.

§6º A adesão só será considerada concluída com a assinatura de termo próprio pelo devedor e pela autoridade tributária, impresso em 02 (duas) vias, todas assinadas, sendo uma para o contribuinte, outra para o Setor de Tributação:

I - obrigatoriamente, referido termo deverá conter o nome completo do devedor, números de seu R.G. e CPF (com validação no sistema eletrônico), endereço completo, valor do débito original e valor após a adesão, número da inscrição em dívida ativa, ano dos fatos geradores, condições de pagamento, transcrição dos efeitos da adesão dispostos no art. 5º desta Lei e a informação de que os débitos objeto da adesão não poderão ser renegociados em outra oportunidade, até mesmo por novo programa de refinanciamento; II - a autoridade tributária poderá delegar a função de assinatura dos termos mediante portaria, sendo que a pessoa encarregada ficará responsável por verificar se as negociações estão em conformidade com os comandos desta Lei, sob pena de responsabilidade por eventual prejuízo ao erário.

§7º Somente as dívidas em nome do devedor requerente é que poderão ser renegociadas, caso o registro administrativo ainda esteja em nome do proprietário/devedor anterior, o requerente deverá, primeiramente, promover a transferência administrativa do bem perante o setor competente.

§8º Na hipótese de o devedor não poder requerer pessoalmente sua adesão, poderá fazer por meio de procurador, ou mesmo por representante legal (ex: inventariante no caso de espólio), mediante procuração (03 vias) a ser anexada em cada termo, na qual deverá constar nome e endereço completos do outorgante e outorgado, números do R.G. e CPF de ambos, bem como firma reconhecida em cartório por autêntica.

LEI Nº 1.881, DE 23 DE JUNHO DE 2017.

Art. 3º O débito consolidado na forma desta Lei sujeitar-se-á:

I - até a data do deferimento, aos acréscimos previstos na legislação;

II - a partir da data da consolidação, à correção mensal sobre o saldo devedor.

§1º O contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

Art. 4º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) prestações com relação aos débitos constituídos até 31/12/2016, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:

I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, ao valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por parcela mensal, exceto o tributo previsto no art. 2º, § 4º da presente Lei;

II - ao valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I (supra), e;

III - ao valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Art. 5º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta Lei.

Art. 6º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular das prestações do débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2016;

IV - para obter os benefícios do REFIS, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - as execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS pelo prazo que perdurar o parcelamento;

Art. 7º A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Finanças, Administração e Gestão de Pessoas e não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo único. A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 8º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art. 6º;

II - ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§1º A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário com multa e juros, bem como com os demais acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§2º A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for identificado da decisão administrativa, assegurado o devido processo legal e a ampla defesa.

§3º A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspenso por

LEI Nº 1.881, DE 23 DE JUNHO DE 2017.

§4º Não será aplicado o disposto neste artigo em situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 9º Os devedores que aderirem a esse programa estarão impedidos de integrarem parcelamentos e/ou reparcelamentos pelas mesmas dívidas.

§1º As dívidas que já foram objeto de parcelamento através de REFIS anterior não poderão ser novamente incluídas no atual programa.

Art. 10. O Executivo Municipal regulamentará a aplicação dos dispositivos desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 23 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

SAMAE

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contrato Nº.: 11/2017

Contratante...: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contratada....: L2F SISTEMAS WEB LTDA - ME

Processo Administrativo: 07/2017

Valor: R\$ 4.920,00

Assinatura: 27/06/2017

Objeto.....: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento, personalização, manutenção técnica, suporte e hospedagem de web site com sistema administrativo para gerenciamento de conteúdo, registro ilimitado de e-mails e transferência mensal ilimitada, conforme a descrição do objeto constante do Termo de Referência em anexo.**

Hilton Rodrigo Schetz

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Processo Administrativo Nº. 007/2017

CONTRATANTE: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: L2F SISTEMAS WEB LTDA

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.920,00

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento, personalização, manutenção técnica, suporte e hospedagem de web site com sistema administrativo para gerenciamento de conteúdo, registro ilimitado de e-mails e transferência mensal ilimitada, conforme a descrição do objeto constante do Termo de Referência em anexo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8666/93

JUSTIFICATIVA: A contratação foi feita por dispensa de licitação em razão do valor.

RAZAO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa supracitada foi escolhida para a execução dos serviços, pois dentre os orçamentos fornecidos pelos concorrentes o desta foi o de menor preço.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, **RATIFICO e AUTORIZO** a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso II da Lei 8666/93.

RATIFICAÇÃO em 30 de junho de 2017.

HILTON RODRIGO SCHETZ

Diretor Presidente SAMAE

DIVERSOS

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF
REUNIÃO ORDINÁRIA – 08/2017

1 Aos vinte oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (28/06/2017), às 10:30,
2 na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-
3 A; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson
4 Alberto Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchchoff da Rocha e Sr. Maximilian Scharmitzel,
5 ausente a Conselheira Alessandra Mattar Defreitas; Como convidadas estavam a
6 Presidente do Conselho Fiscal – Maria José Costa, e a Sra. Diretora Financeira e de
7 Previdência Luciane Janaína Cardoso Romão. Com quórum, os trabalhos foram iniciados e
8 conduzidos pela Presidente, sra. Eduarda. Na ordem do dia constam os seguintes assuntos: 1)
9 Análise dos Relatórios de Gestão de Agosto e Setembro de 2016. Os relatórios foram
10 entregues, assim como o de outubro de 2016, nos termos da resolução 04/2016. Foi
11 agendada reunião extraordinária para o próximo dia 06 de julho, quinta-feira, às 10h00
12 análise e votação dos mesmos. Também foi protocolado neste conselho o Recurso
13 Administrativo da servidora Beatris Márcia Kuss, encaminhado pela Diretoria Financeira e de
14 Previdência. O Recurso Administrativo foi devidamente distribuído, e o Relator, Conselheiro
15 Maximilian Scharmitzel terá trinta dias para apresentação de seu relatório e voto. Em ato
16 contínuo, a Presidente concedeu a palavra à Conselheira Beatris Dircelha dos Santos e à
17 Conselheira Fiscal Maria José Costa (Conselho Fiscal em 2016). Na ocasião tiveram
18 oportunidade de manifestar os motivos e razões que as levam à discordância da aplicação do
19 Artigo 2º da Resolução Nº4 de 26 de agosto de 2016. Que prevê, dentre outras coisas, o
20 encaminhamento da documentação que compõe o processo utilizado pelo Conselho Fiscal na
21 análise das contas do IPRESF para emissão de Parecer. Sugeriram, ainda, ao Conselho
22 Administrativo que fosse efetuada revisão do texto do dispositivo. Ficou acordado que os
23 processos de prestação de contas até o mês de maio atenderão os moldes da Resolução
24 04/2016 e serão entregues pelo IPRESF em complementação aos pareceres do Conselho
25 Fiscal já protocolados. Na sequência, o Conselho Administrativo deliberou e votou
26 favoravelmente para alteração do Artigo 2º da Resolução 04/2016, que passará a vigorar
27 com a seguinte redação: O Conselho Administrativo, ao receber as devidas documentações,
28 de acordo com o estabelecido no artigo 1º, desta resolução, autuara o processo de prestação

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

1

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

29 e análise de contas em folhas numeradas e rubricadas e, após sua deliberação, juntará seu
30 parecer ao processo e o encaminhará ao IPRESF para arquivo. Ficando excluídos os §§ 1º e
31 2º. Superada a pauta para esta reunião, não tendo nenhum dos conselheiros mais nada a
32 declarar, a reunião foi dada por encerrada pela Presidente às 13.00. Eu, Roberson Alberto
33 Maciel, secretário deste conselho, digitei todos os fatos nesta ata, que segue para aprovação,
assinaturas, arquivos e publicações.//////////

Eduarda Alcione de S. K. de Rocha
PRESIDENTE

Maximilian Scharmitzel
VICE-PRESIDENTE

Beatris Dircelha dos Santos
CONSELHEIRA

Ausente

Alessandra Mattar Defreitas
CONSELHEIRA

Roberson Alberto Maciel
SECRETÁRIO

Maria José Costa
CONVIDADA

LUCIANE JANAÍNA C. ROMÃO
CONVIDADA

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

2